BIBLIOGRAFIA

ENRIQUE SAYAGUÉS LASO — *Tratado de Derecho Administrativo* — Tomo II — Montevidéo — 1959 — 639 páginas.

Mestre consagrado no continente, o Professor Enrique Sayagués Laso, catedrático de Direito Administrativo na Faculdade de Direito de Montevidéo, publica o segundo tomo do seu *Tratado*, com o qual se completa a parte geral da disciplina. O volume atual tem as mesmas qualidades de clareza, segurança e profundidade que marcam o primeiro volume, que tivemos ensejo de comentar nesta *Revista*.*

A obra se desdobra em cinco capítulos autônomos. No primeiro, intitulado *relações jurídicas especiais*, analisam-se as concessões de serviço público, o contrato ou concessões de obras públicas, as concorrências e os empréstimos públicos. No segundo, dedicado à Administração pública, descreve-se a estrutura dos órgãos da administração direta e dos entes autônomos e serviços descentralizados. O regime patrimonial da Administração constitui objeto da terceira parte, abrangendo o estudo do domínio público, da desapropriação e das normas de direito tributário. Os dois capítulos finais cogitam, respectivamente, das formas de contrôle da administração e do contencioso administrativo, tanto no plano comparativo, como no direito uruguaio.

Voltada, essencialmente, para o direito uruguaio, a parte geral do *Tratado* concede ênfase aos problemas de Direito Administrativo que mais de perto refletem a experiência nacional, sem embargo da excelente informação da doutrina estrangeira. O critério que presidiu à confecção do trabalho explica, por exemplo, o desenvolvimento perfunctório do estudo das emprêsas públicas e a total ausência de apreciação do Direito Administrativo Internacional, sobretudo nos aspectos relativos ao modernos organismos administrativos internacionais e ao regime da função pública internacional.

Também seria desejável que o autor houvesse reservado um capítulo especial ao conceito e extensão do poder de polícia, apreciando a sua incidência sôbre o exercício das liberdades individuais e a garantia dos direitos econômicos sociais. Possìvelmente, a matéria aparecerá, na parte especial do *Tratado*, a propósito da ação administrativa do Estado.

O segundo tomo, ora publicado, merece certamente os mesmos aplausos que assinalaram o aparecimento de seu predecessor. Lastreia-o o mesmo domínio seguro e documentado da matéria, o mesmo poder de síntese abrangedora das noções essenciais aos vários tópicos versados, a mesma elegância de estilo e precisão terminológica.

Trata-se, em suma, de obra indispensável aos estudiosos de Direito Administrativo que nela encontrarão o panorama adequado e escorreito dos aspectos mais característicos da disciplina.

CAIO TÁCITO

*

* Ver nota bibliográfica nesta *Revista*, vol. XXXV, pág. 495.

O Mandado de Segurança e sua Jurisprudência — Tomo I — Coleção de Estudos Jurídicos. Ministério da Educação e Cultura. Casa de Rui Barbosa — 1959 — 648 páginas.

O *Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa* tem em mira a publicação de um grande trabalho que atende a um premente reclamo de nossa bibliografia de Direito Público: a organização sistemática de um Tratado de Direito Constitucional Brasileiro, consolidando a doutrina e a prática, no Brasil, na aplicação das sucessivas Constituições. Não será apenas obra exegética dos textos, mas uma tentativa de levantamento do sentido autônomo de nossas instituições, sem embargo das sensíveis influências do direito estrangeiro.

Como etapa inicial dêsse ambicioso propósito e visando a ceifar o caminho dos futuros monografistas, propôs-se aquele conceituado cenáculo a tarefa de pesquisa da jurisprudência dos tribunais em tôrno das Constituições republicanas. O primeiro resultado de tais estudos aparece, agora, em forma de um alentado volume, com a primeira parte da coleção de acórdãos pertinentes ao mandado de segurança. Publicado, simbòlicamente, no ano do Jubiléu de Prata dêsse importante remédio (nascido com a Constituição de 1934) o tomo inicial contém 1.475 decisões, rigorosamente catalogadas e completadas com a indicação das revistas jurídicas em que se encontra o respectivo teor. Precedida de uma introdução histórica, a classificação da jurisprudência obedece a um plano metodológico adequado, distribuindo-se em três títulos dedicados, sucessivamente, à colocação do mandado de segurança na sistemática do processo, aos pressupostos do mandado de segurança, e, finalmente, ao seu campo de aplicação.

No prefácio, o Professor Thiers Martins Moreira, Diretor do *Centro de Pesquisas*, anuncia que a obra será completada com a publicação completa e integral das decisões de mais funda repercussão na vida jurídica do país (os *leading cases*, no sentido norte-americano), bem como a legislação e a bibliografia pertinentes à matéria.

Fiel à tradição de seu patrono, a *Casa de Rui Barbosa*, superiormente dirigida por Américo Jacobina Lacombe, não se limita, assim, ao culto da vida e da obra do eminente brasileiro. É também um centro dinâmico de estudos dos problemas nacionais, mantendo viva a lâmpada votiva nos caminhos tão genialmente palmilhados pelo mestre que lhe empresta o nome.

CAIO TÁCITO

ASSINATURAS
de publicações da
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
★
SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
★
PRAIA DE BOTAFOGO, 186
TELEFONE: 46-4010
RIO DE JANEIRO